

# Aldeia Maracanã:

militância política de protagonismo  
indígena na cidade do Rio de Janeiro

Aldeia Maracanã: political activism  
headed by indigenous people in the  
city of Rio de Janeiro

**VINICIUS PEREIRA DOS SANTOS**

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro (UFRRJ)  
[ufrjrvinicius@gmail.com](mailto:ufrjrvinicius@gmail.com)

---

**RESUMO:** No ano de 2006, iniciou-se, na cidade no Rio de Janeiro, ao lado do estádio do Maracanã, uma ocupação indígena urbana, hoje conhecida como Aldeia Maracanã. Enfrentando projetos de reforma urbana que contrariavam seus interesses, passando por remoções violentas e dissidências internas, a ocupação sobreviveu, e hoje ocupa e revitaliza uma área até maior que no início, onde promove e abriga eventos culturais, artísticos, ecológicos e políticos. Através de trabalhos acadêmicos produzidos sobre o tema, reportagens publicadas ao longo dos anos de existência da aldeia e da própria vivência em campo deste autor, especialmente enquanto desenvolvia sua dissertação de mestrado sobre o tema, recontaremos a história da ocupação, dividindo-a em três momentos distintos, onde as desocupações violentas de março de 2013 e dezembro de 2013 serão os pontos de separação. Esperamos, ao final, ter contribuído para a compreensão sobre como começou, como se desenvolveu e em que estado se encontra esta que é uma relevante experiência de ocupação indígena urbana na história do país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimentos indígenas. Indígenas em contexto urbano. Aldeia Maracanã.

**ABSTRACT:** In the year 2006, an urban indigenous occupation took place in the city of Rio de Janeiro, near Maracanã stadium. This occupation is known as Aldeia Maracanã. Facing disagreements between its own members, violent removals by the police and urban reforms that could had destroyed the very historical building, the occupation has survived, and today it deals with a territory even bigger than before, where cultural, ecological, artistic and political events are made. Based on academic works that deal with this subject, news published on internet sites throughout these years and on personal experience in field lived by this author, especially while writing his master degree final work, we're going to tell the history of the occupation, dividing it in three different moments, where the marks that separates them will be the violent removals occurred in march and december of 2013. At the end, we should be able to comprehend how this relevant indigenous occupation has begun, how it has developed throughout these years and how it stands today.

**KEYWORDS:** Indigenous political movements. Indigenous people in urban scenario. Aldeia Maracanã.

## Introdução

Bem perto da entrada de número 18 do estádio de futebol do Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro, encontra-se um edifício peculiar, com grandes janelas de aspecto antigo nos andares inferior e superior e uma espécie de torre anexa. Quem olhar para o alto daquele prédio logo notará os sinais da ação do tempo, simbolizada pelas avarias e pela falta de pintura e manutenção. Mas um olhar mais detido também identifica grafismos e escritos remetendo a motivos indígenas. E se a pessoa adentrar naquele lugar, passando pelas aberturas nas grades de ferro, encontrar-se-á em uma aldeia indígena urbana, a Aldeia Maracanã.

A ligação daquele espaço com as questões indígenas no país não é nova. Em 1910, o prédio passou a abrigar a sede do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN, ou SPI, a partir de 1918). O SPI foi comandado inicialmente por Marechal Cândido Rondon, relevante e controversa figura da história indígena brasileira, ora elogiado por ter iniciado uma relação de cunho mais pacífico entre Estado e povos indígenas, ora criticado por essa relação ser supostamente aculturadora e supressora da diversidade (SÁ, 2009, p. 20).

Além do SPI, aquele edifício também abrigou, entre 1953 e 1977, o Museu do Índio, idealizado pelo antropólogo Darcy Ribeiro. O mesmo diz que aquele foi o primeiro museu “(...) devotado não a mostrar bizarrices etnográficas, mas as altas contribuições culturais dos indígenas à nossa cultura, sobretudo a luta contra o preconceito que apresenta os índios como atrasados, preguiçosos, desconfiados”<sup>1</sup>. E ainda, em 1955, naquele local, foi criado o primeiro programa de Pós-Graduação em Antropologia (GOMES, 2012, p. 94). Em 1977, no entanto, o Museu do Índio foi deslocado para o bairro de Botafogo.

No dia 20 de outubro de 2006, a relação daquele espaço com os povos indígenas foi retomada. Nessa data, foi realizado, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), o Primeiro Encontro Tamoio dos Povos Originários, evento que reuniu indígenas, professores, estudantes e simpatizantes, onde questões indígenas foram debatidas. Terminado o evento, cerca de trinta e cinco indígenas de dezessete etnias diferentes<sup>2</sup> (COSTA, 2011, p. 15), junto com os outros participantes, caminharam até o prédio do antigo Museu do Índio, entraram no local e deram início à história do Instituto Tamoio dos Povos Originários, posteriormente conhecido como Aldeia Maracanã.

Quase treze anos já se passaram entre o início da ocupação e o momento em que este artigo é escrito, e a Aldeia Maracanã não passou incólume pelos acontecimentos sociais, culturais, políticos e econômicos que marcaram esse período. Pelo contrário, sua história está intimamente relacionada aos grandes eventos esportivos (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016), às manifestações políticas populares (como as chamadas Jornadas de Junho de 2013), aos grandes projetos de reforma urbana, às mudanças de governo etc.

Nesses anos, devido aos projetos socioculturais realizados, à participação ativa nas movimentações políticas do período, às remoções violentas que sofreu (que tiveram repercussão internacional), às alianças construídas com instituições de ensino, movimentos sociais, militantes políticos etc., a Aldeia Maracanã ganhou tal relevância, que passou a ser tema, inclusive, de diversas pesquisas acadêmicas. Destacaremos algumas delas.

Uma monografia de graduação em História intitulada “O Canto do Tamoio” foi defendida no ano de 2009 na Universidade Federal Fluminense (UFF). A autora chama-se Carolina Camargo de Jesus, ou Carol Potiguara, participante da ocupação desde os primeiros anos. Temos aí um trabalho que partiu de “dentro para fora”, ou seja, feito por uma indígena participante do movimento (JESUS, 2009).

Em 2011, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), a autora Daniele Ferreira da Costa apresentou a dissertação de mestrado em Ciências Sociais, intitulada *Quando os índios vêm para a cidade: magia e narrativa no Instituto Tamoio dos Povos Originários*. Através desse trabalho, podemos ter uma boa compreensão do cotidiano da Aldeia Maracanã nos primeiros anos, com suas atividades ritualísticas, profissionais e políticas. Na parte dos “anexos”, a autora apresenta, inclusive, uma planta da aldeia, mostrando a disposição das residências, cozinha coletiva, banheiros etc., à época de sua pesquisa (COSTA, 2011).

Já no ano de 2013, o autor João Luiz Pereira Domingues, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), defendeu a tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional com o título *A diversidade atrofiada: políticas de regulação urbana e movimentos culturais insurgentes na cidade do Rio de Janeiro*. Embora esse trabalho não trate exclusivamente do caso da Aldeia Maracanã, o sexto capítulo, “Sete jogos, nenhum índio”, apresenta uma ampla análise sobre como interesses empresariais e políticos relacionados ao estádio do Maracanã e arredores, em função dos megaeventos esportivos, levaram à decisão governamental de desalojar os indígenas do local (DOMINGUES, 2013).

No ano seguinte, em 2014, a autora Dalila Gonçalves Martins apresentou a dissertação de mestrado *Cocar e universidade: um paradigma híbrido* pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), pelo curso de Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. No trabalho, a autora analisa questões de hibridização cultural, diásporas e migrações envolvendo os ocupantes da aldeia (MARTINS, 2014).

Já Marcela Werneck, pelo curso de Mestrado em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), apresentou, no ano de 2015, o trabalho *Patrimônio digital e ciberativismo: a defesa da Aldeia Maracanã no Facebook*. A pesquisa mostra como a internet, especialmente através de grandes redes sociais virtuais, como o Facebook, vem transformando o cenário político público, possibilitando novas formas de mobilização e ação (WERNECK, 2015).

Em 2016, o próprio autor deste presente artigo procurou contribuir com as discussões sobre o caso da Aldeia Maracanã ao defender a dissertação de mestrado em Ciências Sociais pela UFRRJ, intitulada *A Resistência da Aldeia Maracanã: um ponto de oxidação pela “revolução ferrugem”*. Entre outras coisas, o trabalho discute a formação e a atuação do “Movimento de Resistência da Aldeia Maracanã”, que efetivamente vem ocupando o espaço físico desse território. Ali é demonstrada a aproximação desse coletivo com ideais políticos típicos de movimentos de esquerda autonomistas, libertários e anarquistas, caudatários das lutas antiglobalização de fins do século XIX e início do século XX (SANTOS, 2016).

Neste presente trabalho, partiremos desse conhecimento produzido sobre a Aldeia Maracanã, bem como da experiência em campo vivenciada por este autor durante o (e depois do) curso de mestrado e da consulta de diversas reportagens sobre a aldeia, disponíveis na internet e publicadas ao longo desses anos, para produzirmos uma narrativa sobre a história da ocupação, propondo dividir essa trajetória em três momentos.

O primeiro momento, “Ascensão e queda da Aldeia Maracanã” será compreendido entre outubro de 2006 e março de 2013, desde a ocupação do espaço pelos indígenas até a expulsão dos mesmos pela polícia, em função das obras de reforma urbana voltadas para a realização dos megaeventos esportivos. Nesta parte, procuraremos descrever as transformações pelas quais a ocupação passou nesses anos e o processo de politização do movimento, especialmente com as crescentes ameaças estatais em função dos megaeventos.

O segundo momento, “o Movimento de Resistência da Aldeia Maracanã e a ocupação de 5 de agosto de 2013”, trata da curta reocupação da aldeia

entre agosto e dezembro do ano de 2013. Embora tenha durado poucos meses, fatos importantes aconteceram nesse período, como o tombamento do prédio do antigo Museu do Índio através do Decreto Estadual nº 37.531, de 9 de agosto do mesmo ano. Esse momento também ficou marcado por um forte desacordo entre dois grupos distintos de ocupantes indígenas que se formaram ao longo das negociações com o governo entre fins de 2012 e ao longo de 2013, divisão esta que será tratada mais adiante.

O terceiro momento, “Renascimento progressivo da Aldeia Maracanã”, é, basicamente, o momento atual. Escolhemos não especificar um marco inicial para esse período, mas afirmamos que ele se desenvolveu paulatinamente no contexto da crise financeira do Estado do Rio de Janeiro, que levou o governo a instaurar pelo Decreto Estadual nº 45.692, de 17 de junho de 2016, um estado de “calamidade financeira”. Esse fato, associado às prisões de empresários e políticos envolvidos em esquemas de corrupção relacionados às obras no complexo do Maracanã, levou à interrupção das obras e ao enfraquecimento da segurança no local, e hoje os indígenas ocupam, inclusive, o prédio do antigo Museu do Índio. Depois disso teceremos considerações finais sobre o trabalho.

Esperamos, assim, oferecer um caminho para a compreensão das transformações pelas quais essa ocupação indígena tão relevante passou ao longo desses anos.

## Primeiro momento: ascensão e queda da Aldeia Maracanã

Conforme exposto na introdução deste trabalho, os indígenas ocuparam o prédio do antigo Museu do Índio em 20 de outubro de 2006. Segundo Costa (2011), até o final do ano de 2008, os indígenas ocupantes residiam e praticavam suas atividades quase que exclusivamente no interior do prédio. Nessa época parte do teto desabou, e daí os ocupantes começaram a construir casas de tijolo e barro ao redor do edifício. No ano de 2011, já existiam oito residências, uma grande oca feita de madeira e sapê, local de realização de festas, eventos e reuniões, banheiro coletivo e até uma “casa de reza”, visitada por indígenas e não-indígenas em busca de ajuda para males físicos e sentimentais (COSTA, 2011, p. 16).

Atrás do prédio, para quem olha a partir da Avenida Radial Oeste, que é paralela à ferrovia, e separada por um muro, funcionava uma unidade

do Laboratório Nacional Agropecuário (LANAGRO), ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Entre as atividades da LANAGRO estava o estudo sobre sementes para cultivo. Até então, todo o terreno, incluindo o prédio do antigo Museu do Índio, havia sido cedido ao MAPA pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Esta, por sua vez, havia recebido a propriedade daquela área a título de doação pela União Federal, em 1984. Segundo Costa (2011, p. 18), a CONAB permitia que os ocupantes da aldeia recebessem água e luz elétrica.

É difícil afirmar com precisão quantos indígenas, e de quantas etnias, moraram na Aldeia Maracanã até março de 2013, quando os ocupantes foram desalojados. Ao que parece, a ocupação sempre foi marcada por uma grande rotatividade. Costa (2011) conta treze residentes fixos, à época de sua pesquisa. Uma reportagem do site da BBC Brasil<sup>3</sup>, de 22 de março de 2013, fala em sessenta moradores, na época da remoção.

Acontece que a Aldeia Maracanã, enquanto movimento indígena que buscava divulgar elementos culturais dos povos nativos, realizar trocas de saberes, valorizar a diversidade e propor destinos educacionais e culturais para o prédio do antigo Museu do Índio, não se definia só por quem efetivamente morava lá. O Sr. Zé Guajajara (de quem falaremos mais adiante), por exemplo, foi uma das maiores referências do movimento desde o início da ocupação, e sempre manteve sua residência no bairro de Thomaz Coelho.

Vários indígenas, aliás, já estabelecidos no Rio de Janeiro na época da ocupação, encontraram na Aldeia Maracanã um espaço para se reaproximarem de suas origens e para se aproximarem de pessoas que compartilhavam dessa experiência que é ser índio na cidade:

Estes índios dispersos visitam o espaço nos dias dos eventos ou mesmo fora deles. Lá, eles atualizam-se dos acontecimentos em Brasília e do andamento da reforma do antigo museu. Outros lá aparecem apenas para tomar um café com beiju e conversar. A ocupação abriu também uma oportunidade para novos grupos realizarem atividades relacionadas as suas etnias de origem, para as quais teriam de se deslocar até a região correspondente. (COSTA, 2011, p. 37)

Assim, a Aldeia Maracanã se converteu em um espaço de vivência e confraternização entre indígenas de diversas etnias, congregando aqueles que viviam dentro da ocupação, aqueles que viviam em outros pontos da cidade e mesmo aqueles que vinham de diversos estados e que visitavam o

local. Ali trocavam notícias, participavam juntos de rodas de cantos e danças de diversas etnias e discutiam sobre o futuro do prédio do antigo Museu do Índio.

Com o passar do tempo, cada vez mais aquele movimento passou a atrair não-indígenas para o espaço, através de atividades abertas ao público. A partir de 2009, por exemplo, ganhou força um evento de “contação de histórias”, que ocorria em um dos sábados de cada mês. Esse evento atraía um público diverso, desde acadêmicos até pais e mães que levavam seus filhos. Os visitantes eram recebidos por volta do meio-dia, e podiam passear pelo espaço e comprar peças de artesanato expostas no local. Comidas típicas também eram vendidas, como o peixe envolto em folha de bananeira. Às três horas, o advogado indígena Arão Guajajara (que até hoje defende a Aldeia Maracanã em processos que ainda correm na justiça<sup>4</sup>) promovia palestra sobre direitos indígenas e questões envolvendo o prédio do antigo Museu do Índio. Essa era a parte, aliás, que explicitava a dimensão politizada do evento. Embora a performance de contação de histórias que vinha em seguida tivesse uma estética voltada para o público infantil, com os contadores fantasiados e encenando histórias fantásticas, a maior parte dos presentes era formada de pessoas adultas, inclusive de parlamentares e funcionários do governo que eram convidados. Esse era um dos eventos que servia para publicizar a situação do prédio do antigo Museu do Índio, divulgar os projetos pretendidos para aquele espaço (como a constituição de uma universidade indígena) e construir alianças com membros do poder público, da academia e da sociedade civil (COSTA, 2011, p. 35; DOMINGUES, 2013, p. 283).

Nesses primeiros anos, além dos eventos abertos ao público, pesquisas acadêmicas (como algumas citadas na introdução deste artigo), reportagens e materiais audiovisuais também ajudavam a divulgar aquela ocupação indígena. Em 2011, por exemplo, foi lançado o documentário “O retorno da arara amarela”<sup>5</sup>. Através dessa obra, podemos ver um pouco de como era o espaço da aldeia, com as casas de barro, a oca feita para rituais e festividades, o muro que separava a área do prédio do complexo do LANAGRO etc. O documentário também conta com entrevistas onde os membros do movimento falam sobre suas expectativas e projetos e ainda mostra partes do “ritual da menina moça”, ou “festa do moqueado”, feito pela etnia guajajara. Este é um ritual que marca a passagem da infância para a vida adulta por parte das mulheres guajajaras, coincidindo com o início dos ciclos menstruais. Na ocasião, a homenageada foi a filha do Sr. Zé Guajajara (de quem ainda falaremos), que também é sobrinha do advogado Arão Guajajara.



Seja nas palestras que precediam os eventos de contação de histórias, seja em diversas passagens de documentários como “o retorno da arara amarela”, seja em entrevistas concedidas a pesquisadores universitários, a defesa dos direitos indígenas constitucionais, a luta contra o preconceito enfrentado pelos índios que vivem nas cidades, a gestão autônoma de patrimônios ligados à história e cultura indígenas, entre outras questões, são temas recorrentes. No entanto, isso não significa que a ocupação da Aldeia Maracanã era, nessa época, totalmente voltada para a militância política. Segundo Costa (2011), muitos indígenas buscavam naquele espaço, acima de tudo, ter um lugar onde pudessem melhorar de vida. Alguns entravam ali e começavam a vender artesanato, crendo que, por ser um local de referência sobre os povos indígenas, as vendas aumentariam. Ao se frustrarem quanto aos ganhos, voltavam para seus locais de origem:

Apesar de estarem em uma ocupação, para os moradores não estava clara a significação política da invasão de um prédio que havia sido um museu indígena. (...) para a sociedade era difícil passar a imagem de que o Instituto Tamoio se tratava de um movimento político. Iniciativas como a contação de histórias eram raras, e derivavam deste esforço de politização e diálogo com a sociedade civil. (COSTA, 2011, p. 41).

Porém, durante o ano de 2012, ocupantes e apoiadores da Aldeia Maracanã fortaleceram esse viés de luta política quando ficou claro que as reformas no entorno do estádio do Maracanã para a realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 afetariam a aldeia. Um episódio emblemático se deu no dia 8 de novembro daquele ano, quando foi realizada uma audiência pública sobre o processo licitatório para a concessão do complexo do Maracanã para a iniciativa privada, no Galpão da Cidadania, na zona portuária do Rio de Janeiro. Conforme notícia divulgada no mesmo dia da audiência no site esportivo “Globo Esporte”<sup>6</sup>, o projeto do governo incluía a demolição do prédio do antigo Museu do Índio para a construção de um Museu do Futebol.

Indígenas da Aldeia Maracanã, professores, responsáveis e estudantes da Escola Friedenreich, atletas e usuários do Ginásio Poliesportivo Gilberto Cardoso, do Estádio de Atletismo Célio de Barros e do Parque Aquático Júlio Delamare (instituições essas também ameaçadas de demolição naquele projeto), além de diversos apoiadores da sociedade civil foram à audiência para protestar. Isto selou a união dos indígenas com outros grupos afetados

pelas reformas urbanas, o que contribuiu para o crescimento do apoio popular à causa da Aldeia Maracanã. Além disso, nessa época, esse movimento indígena intensificou a ação política através de convocação de passeatas<sup>7</sup>, realização de eventos e forte campanha pelas redes sociais, com o objetivo de denunciar os efeitos negativos da privatização daquele espaço.

No dia 22 de março de 2013, entretanto, apesar de toda a mobilização dos meses anteriores, policiais foram enviados para desocuparem a Aldeia Maracanã. Este autor esteve presente no dia e pôde testemunhar a agressividade com a qual os indígenas foram retirados e com a qual foram dispersados os manifestantes que se encontravam do lado de fora da aldeia. Sprays de pimenta, bombas de gás lacrimogênio, balas de borracha e até a presença de uma arma sônica compuseram o arsenal que depois seria usado durante as grandes manifestações populares de junho daquele ano.

Durante esse ato de remoção, um grupo de indígenas resolveu aceitar os termos impostos pelo Estado do Rio de Janeiro. Conforme reportagem apresentada no site “Último Segundo”<sup>8</sup>, o governo havia proposto, no dia anterior, conceder, aos indígenas que resolvessem permanecer no Rio de Janeiro, um aluguel social no valor de quatrocentos reais, realocação para algum local a ser decidido entre Zona Oeste ou Zona Norte e a promessa de construção de um centro de referência das culturas indígenas na região da Quinta da Boa Vista.

Após saírem da aldeia, ainda na manhã do dia da desocupação, esse grupo foi removido para o Hotel Acolhedor Santana II, um abrigo para moradores de rua administrado pela prefeitura. Dias depois foram deslocados para moradias feitas de contêineres no bairro de Jacarepaguá, no terreno do Hospital Curupaiti. Ali permaneceram até julho de 2014, quando receberam apartamentos populares do projeto Minha Casa Minha Vida, localizados no bairro Estácio, local que ficou conhecido como “aldeia vertical”<sup>9</sup>.

Os membros desse grupo supracitado ainda falam e realizam eventos em nome da Aldeia Maracanã. Sua presença é bastante forte, por exemplo, nos eventos em comemoração ao Dia do Índio no Parque Laje (parque público localizado no morro do Corcovado, na cidade do Rio de Janeiro). Neste ano de 2019, o evento teve sua décima edição<sup>10</sup>. O grupo se apresenta como AIAM (Associação Indígena Aldeia Maracanã), e é possível acompanhar suas atividades por meio de sua página na rede social Facebook<sup>11</sup>.

Os indígenas que não aceitaram os termos propostos pelo governo, no entanto, não receberam qualquer auxílio ou moradia. Construíram, a partir dali, uma jornada de militância política junto a diversos apoiadores

(especialmente de outros movimentos políticos de esquerda) que culminou com a criação do Movimento de Resistência da Aldeia Maracanã e com as subsequentes reocupações daquele espaço, questões estas que desenvolveremos a seguir.

## Segundo momento: o Movimento de Resistência da Aldeia Maracanã e a ocupação de 5 de agosto de 2013

Após a remoção do dia 22 de março de 2013, o grupo que não aceitou negociar com o governo passou a se reunir no espaço do CESAC (Centro de Etnocognhecimento Sociocultural e Ambiental Cauré), localizado na rua Maracá, no bairro de Thomaz Coelho, quase de frente para a estação de metrô de mesmo nome. A história do CESAC se confunde com parte da trajetória do Sr. Zé Guajajara, grande referência do processo de lutas da Aldeia Maracanã e do Movimento de Resistência da Aldeia Maracanã.

O Sr. Zé Guajajara, que neste ano de 2019 completará setenta anos de idade, contou a este autor, em entrevista realizada em novembro de 2015, que nasceu na aldeia Lagoa Comprida, do povo tenetehara-guajajara, no município de Barra do Corda, estado do Maranhão.

Sua trajetória no Rio de Janeiro começou no início da década de 1990, quando veio para esta região encontrar alguns parentes que já estavam estabelecidos aqui. Em 1992, esteve envolvido com ativistas e movimentos sociais que discutiam as questões trazidas pela ECO 92, que foi uma conferência internacional de temática ambiental ocorrida no espaço de eventos do Riocentro, no bairro de Jacarepaguá.

Paralelamente à atuação política, o Sr. Zé Guajajara aproveitou para concluir o Ensino Médio, e daí continuou com uma graduação em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá, finalizada em 2006, uma especialização em Educação Indígena pela UFF, finalizada em 2008, e uma especialização em Línguas Indígenas Brasileiras pela UFRJ, também concluída em 2008. Hoje em dia, atua como professor de língua e cultura indígena no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) e também, de forma gratuita, na UERJ, uma vez por semana.

Logo nos primeiros anos de estadia no Rio de Janeiro, o Sr. Zé Guajajara morou no bairro Fazenda Botafogo, na zona norte da cidade, ajudando a fundar o Centro de Artes e Cultura (CSAC), onde eram oferecidos diversos projetos educacionais e artísticos à comunidade. As questões indígenas

foram ganhando força nesse projeto, até que o nome foi modificado para CESAC. A última parte da sigla, “Cauré”, refere-se ao bisavô do Sr. Zé Guajajara, chamado de Cauré Imana, algo como “coruja anciã”, que foi o líder de uma revolta indígena ocorrida em 1901, a “Revolta de Alto Alegre”, no Maranhão. Na ocasião, os guajajaras daquele local se rebelaram contra grandes fazendeiros e contra os padres capuchinhos, que os oprimiam. Detalhes dessa história podem ser conferidos no livro publicado em 1982, “Cauré Imana, o cacique rebelde”, escrito por Olímpio Cruz, que viveu por mais de trinta anos entre os guajajaras, enquanto trabalhava para o antigo Serviço de Proteção aos Índios (CRUZ, 1982).

Segundo o Sr. Zé Guajajara, as atividades do CSAC, depois CESAC, aconteciam na sede da Associação de Moradores do bairro, ou na casa de um dos membros. Então, o indígena encontrou uma subestação de energia do metrô em estado de total abandono, próxima da estação de Thomaz Coelho. Ali foi instalada não apenas a sede do CESAC, mas também a sua residência. Mesmo antes do advento da Aldeia Maracanã, o Sr. Zé Guajajara já promovia eventos e debates ligados às questões indígenas naquele espaço.

Ao longo do ano de 2013, os indígenas e apoiadores da Aldeia Maracanã que se organizavam a partir do CESAC também tiveram atuação constante nas chamadas “Jornadas de Junho”, uma série de grandes manifestações populares que, a princípio, e sob uma perspectiva apartidária e popular, condenavam os aumentos de passagens nos transportes públicos em várias cidades do país, mas que logo ganharam pautas múltiplas. Segundo a autora Luciana Tatagiba (2014, p. 41), “os sentidos dos atos poderiam ser tantos quantos aqueles dispostos a encarar a disputa do enquadramento do confronto”.

Em meio a essa variedade de posturas políticas que se misturavam nas ruas, destacavam-se indivíduos e coletivos que se pautavam por perspectivas autonomistas, de autogestão, ou mesmo declaradamente anarquistas. No Rio de Janeiro, membros de grupos como a Organização Anarquista Terra e Liberdade (OATL), a Ação Direta em Educação Popular (ADEP), militantes anarco-punks, entre outros, mobilizavam-se para construir uma agenda de lutas pautada pelo fortalecimento da auto-organização popular, numa perspectiva anticapitalista e revolucionária.

Uma das consequências desse processo de lutas que congregava indígenas, militantes de perspectiva libertária, e também membros de movimentos feministas, movimento negro, entre outros, foi a retomada da Aldeia Maracanã, no dia 5 de agosto de 2013. Esta ação de reocupação contou com o

apoio de uma organização política criada dias antes, a Frente Independente Popular (FIP)<sup>12</sup>, que buscava unir militantes e coletivos que se pautavam pelas perspectivas autonomistas apontadas acima. Diversos apoiadores, incluindo os militantes da FIP, auxiliaram os indígenas nos meses subsequentes da reocupação.

Da parte do Movimento de Resistência da Aldeia Maracanã, formado nesse contexto de lutas, vale observarmos um fragmento do manifesto lançado na ocasião desta reocupação, no qual ficaram evidentes a importância das manifestações de rua para a constituição do movimento e as alianças forjadas com coletivos que lutam pelos direitos das minorias e sob uma perspectiva anticapitalista. Note-se que o Movimento de Resistência da Aldeia Maracanã, nessa época, era chamado de “Movimento Aldeia Maracanã Resiste!”:

Nós, do Movimento Aldeia Maracanã Resiste!, participamos ativamente da organização e das ações de protesto nas ruas, desde então, nas iniciativas de reocupação. E entendemos que foi este movimento quem criou as condições concretas de retomada da Aldeia, pelo movimento de resistência indígena! ( ) entre os não-indígenas do governo do Estado, do capitalismo, e os “não-indígenas” dos movimentos nas ruas, fechamos, de forma incondicional, como nossos parentes historicamente minorizados, favelizados, de ocupações, outras aldeias, quilombos, trabalhadores, movimento feminista entre outros, de resistência ao modelo de desenvolvimento capitalista dominante e de cidade (sociedade) global capitalista de exceção.<sup>13</sup>

Portanto, a ocupação que se iniciou em 5 de agosto de 2013 se diferenciava bastante daquela que se desenvolveu a partir de 2006. Na segunda ocupação, a aldeia (ocupada pelos indígenas que não negociaram com o governo e por militantes de esquerda, especialmente libertários e anarquistas) se constituía em um movimento político anticapitalista e, ao menos para vários de seus apoiadores, antigoverno.

A aparência da aldeia também estava diferente, nessa época. Todas as construções no entorno do prédio do antigo Museu do Índio (ocas e casas) haviam sido derrubadas. Restava o prédio, cercado por grades de ferro, e o complexo da LANAGRO, que passou a abrigar materiais e maquinário de construção. Indígenas e apoiadores, então, ocuparam, principalmente, o interior do prédio do antigo Museu do Índio.

A autora Dalila Martins (2014), que esteve presente nesse segundo momento de ocupação, conta que a convivência entre indígenas e apoiadores, muitos dos quais eram jovens, não se dava sem conflitos. Existiam muitas tarefas a serem executadas, como limpeza e preparação de alimentos, além das reuniões políticas. Várias coisas para serem organizadas, sob a constante tensão provocada pela perspectiva de uma nova incursão policial (MARTINS, 2014, p. 45).

Embora esse momento de ocupação tenha durado somente de agosto até dezembro, os ocupantes não deixaram de receber eventos socioculturais e políticos e visitantes de movimentos sociais e instituições de ensino. Como exemplos, temos um encontro intercultural com participantes da IV Assembleia do Jubileo Sur Americas<sup>14</sup>, ocorrido em 12 de outubro, e a visita de estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) já em dezembro, que participavam do XVII Fórum Nacional dos Estudantes de Pedagogia (FONEPE), que estava sendo sediado na UERJ (MARTINS, 2014, p. 46).

Uma das coisas que marcou esse momento foi o desacordo entre o grupo que reocupou o espaço e o grupo que negociou com o governo, que então se encontrava nos abrigos de contêineres do Hospital Curupaiti, em Jacarepaguá. Logo nos primeiros dias de reocupação aconteceram reuniões com a Secretária de Cultura do Rio de Janeiro da época, Adriana Rattes<sup>15</sup>. Os indígenas que viviam em Jacarepaguá compareceram nesses encontros, e se mostraram mais dispostos a aceitarem as propostas governistas, enquanto os membros do movimento de resistência reafirmavam que não abriam mão de terem plena autonomia sobre o processo, e que não aceitariam desocupar o prédio.

Para os indígenas que viviam em Jacarepaguá, não havia necessidade de ocupação, especialmente porque, em 9 de agosto, a prefeitura publicou o Decreto nº 37.531, que determinava o tombamento do prédio do antigo museu do índio. Além disso, era prevista a reforma do prédio para a construção de um “Centro de Referência da Cultura Viva dos Povos Indígenas”, proposta que somente veio a ser oficializada através do Decreto Estadual nº 44.525, de 16 de dezembro de 2016.

Até hoje, os indígenas do Movimento de Resistência da Aldeia Maracanã acusam o outro grupo de terem enfraquecido o movimento ao se submeterem aos interesses governistas e empresariais. Pelo outro lado, o grupo que veio a formar a Aldeia Vertical acredita que o erro está na aliança que os resistentes fizeram com não-indígenas e na insistência de manterem a ocu-

pação quando não convinha. Tal divisão foi bastante lamentada por Carolina Potiguara, em entrevista concedida a este autor, em março de 2016.

Fato é que somente os indígenas que efetuaram a ocupação, junto com vários apoiadores, permaneceram no espaço. E no dia 14 de dezembro, integrantes da FIP promoveram uma assembleia na qual decidiram ocupar o complexo da LANAGRO, que estava em vias de ser demolido (os ocupantes defendiam que o território da aldeia também compreendia aquela área). A ocupação se deu no dia seguinte, e a resposta policial, com gás lacrimogênio, sprays de pimenta e cassetetes foi dura e rápida. Aqueles que participaram da ocupação da LANAGRO se refugiaram na Aldeia Maracanã que, no dia 16 de dezembro, também foi invadida (MARTINS, 2014, p. 50).

O dia 16 de dezembro ficou marcado pelo ato de bravura e resistência do Sr. Zé Guajajara, testemunhado por este autor. Enquanto os policiais expulsavam os outros ocupantes, o indígena subiu em uma árvore (localizada próxima do prédio do antigo Museu do Índio, do lado em que fica o estádio do Maracanã), onde permaneceu por 26 horas. Indígenas e apoiadores pernoitaram ali, do outro lado da grade que marcava o limite imposto pelos policiais. Por fim, na manhã do dia 17 de dezembro, o Sr. Zé Guajajara, já bem abatido, teve que se deixar retirar pelos bombeiros e policiais<sup>16</sup>. Este acontecimento marcou o fim do que consideramos como o segundo momento de ocupação da Aldeia Maracanã.

### Terceiro momento: renascimento progressivo da Aldeia Maracanã

Nos anos que se sucederam à desocupação de dezembro de 2013, o Movimento de Resistência da Aldeia Maracanã voltou a concentrar suas reuniões, atividades e eventos no CESAC. Neste espaço, que tem o exterior pintado com motivos indígenas e mensagens políticas, existe a residência da família do Sr. Zé Guajajara, um quintal onde são realizadas festividades e eventos de agroecologia, um edifício de dois andares onde também são realizadas atividades culturais, artísticas e rodas de conversas e que abriga, há alguns anos, um projeto de “circo libertário”, que congrega atividade circense com ativismo político anarquista (SANTOS, 2016, p. 116), além de uma construção menor, usada para fins diversos.

Enquanto o coletivo continuava a atuar a partir do CESAC, empreiteiras ligadas à reforma do complexo do Maracanã passaram a ser inves-

tigadas por suspeitas de corrupção e fraude. Em 17 de novembro de 2016, o próprio ex-governador Sérgio Cabral, hoje réu confesso, foi preso e ficou claro que todo o processo envolvendo reforma e gestão privada do estádio do Maracanã e seu entorno se deu sob bases corruptivas, contribuindo para a crise financeira que se abateu sobre o estado do Rio de Janeiro<sup>17</sup>.

Ainda antes da prisão de Sérgio Cabral, em 17 de junho de 2016, o então governador em exercício Francisco Dornelles assinou o Decreto nº 45.692, que colocava o Estado do Rio de Janeiro em situação de “calamidade financeira”, no qual previa o contingenciamento de gastos público para que fosse possível a realização das Olimpíadas de 2016<sup>18</sup>.

Com toda essa crise financeira e com o advento das acusações e prisões, Estado e empresas já não tinham forças para dar andamento aos projetos empresariais pensados para aquele espaço. Com isso, a segurança policial sobre a Aldeia Maracanã foi progressivamente enfraquecendo. Na segunda metade do ano de 2016, o Movimento de Resistência da Aldeia Maracanã começou a realizar atividades no espaço onde ficava o complexo do LANAGRO, que, naquele momento, era um espaço vazio e concretado, com marcas de pintura de vagas de estacionamento.

A parte onde fica o prédio do antigo Museu do Índio continuava cercada, contando com a presença de uma viatura da polícia 24 horas por dia. De início, o simples acendimento de uma fogueira costumava ser contestado pelos policiais, conforme este autor presenciou em um dia em que lá esteve. Com o tempo, a ação dos indígenas e apoiadores foi aumentando, a ponto de conseguirem construir pequenas ocas de madeira cobertas com lona ou palha e um pequeno espaço retangular coberto, onde alimentos eram preparados em dias de eventos. Em 30 de abril de 2017, uma reportagem do site da *Folha de São Paulo* já considerava que a aldeia havia sido retomada pelos indígenas<sup>19</sup>, descrevendo como, a golpes de pás e picaretas, a terra ia reaparecendo sob o concreto e as hortas iam surgindo.

Pouco antes dessa época, a polícia parou de realizar vigilância no prédio do antigo Museu do Índio, e a Aldeia Maracanã ganhou uma dimensão territorial que jamais teve. Enquanto as duas primeiras ocupações se deram no prédio do antigo Museu do Índio e em seu entorno, a atual se estende por, mais ou menos, 14.300 m<sup>2</sup>, área correspondente ao que está oficializado no Registro de Imóveis (COSTA, 2011, p. 119), tendo pela frente a Avenida Radial Oeste e por trás a Avenida Maracanã.

Atualmente, quem visita a Aldeia Maracanã encontra, na parte que seria feita de estacionamento, algumas ocas e abrigos de madeira cobertos



com palha ou lona, uma casa de madeira e barro, um galpão telhado, uma estrutura coberta que serve de cozinha coletiva, um pequeno banheiro rudimentar, uma estrutura feita com troncos de madeira e coberta de palha que serve para reuniões, entre outras construções. Plantas de diversos tipos, frutíferas ou não, vêm sendo cultivadas onde antes havia concreto. Galinhas e cães correm livres pelo espaço. Um grande mapa do Brasil desenhado a partir da quebra do concreto enfeita uma parte do terreno. O espaço também conta com caixa d'água e com maquinário de fabricação de tijolos.

O visitante também pode observar o interior do prédio do antigo Museu do Índio, com seus grandes cômodos, cujas paredes se encontram cheias de pinturas e escritos de temáticas indígena e política.

Eventos culturais e políticos ligados às questões indígenas, mutirões de limpeza, construção e plantação agroecológica, eventos de cunho feminista e negro, mostras de filmes etc., ocorrem constantemente na aldeia e no espaço do CESAC, e é fácil acompanhá-los pela página “Resistência Aldeia Maracanã”, mantida na rede social Facebook<sup>20</sup>. Um dos eventos mais recentes foi o “Abriu Indígena”, ocorrido entre os dias 12 e 28 de abril deste ano de 2019, no espaço da aldeia, e que contou com uma série de oficinas artísticas, palestras, mostras de filmes, vivências de agroecologia, apresentações musicais, debates sobre questões feministas, entre várias outras coisas<sup>21</sup>.

Assim, depois de passar por pelo menos dois violentos processos de remoção, divisões internas entre os primeiros ocupantes e demolições e concretagens em contexto de megaeventos esportivos realizados sob esquemas de corrupção, a Aldeia Maracanã se reergueu, aumentou em tamanho e permanece viva e atuante.

## Considerações finais

Através da descrição desses três momentos de ocupação, pudemos perceber que a história da Aldeia Maracanã foi marcada por momentos de avanços e retrocessos, devido à multiplicidade de interesses envolvendo aquele espaço, onde empresários, indígenas de diferentes linhas ideológicas e políticos procuram, cada qual com suas próprias motivações, definir o futuro da aldeia.

Esse futuro, aliás, parece apontar para mais momentos de tensão. O atual governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, no dia 18 de novembro de 2018, conforme reportagem do site G1<sup>22</sup>, anunciou que realizará novos pro-

cessos licitatórios para reforma e gestão do complexo do Maracanã, incluindo a reforma do prédio do antigo Museu do Índio.

Além disso, o atual presidente do CEDIND (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro) é Carlos Tukano, importante liderança indígena que faz parte do grupo que aceitou negociar com o governo, na época da primeira remoção, e que articula junto ao governo a instalação do “Centro de Referência da Cultura Viva dos Povos Indígenas” no futuro prédio reformado, conforme indicação do Decreto Estadual nº 44.525 de 16 de dezembro de 2013.

Caso esse projeto (pautado por concessão à iniciativa privada e pela aliança entre o governo e o grupo indígena que não se encontra atualmente na Aldeia Maracanã) seja levado à frente, muito provavelmente o Movimento de Resistência da Aldeia Maracanã (que há anos vem revitalizando o espaço sob princípios de autogestão e independência em relação ao governo) não o aceitará, e uma nova época de conflitos deve surgir.

Por tudo o que vimos até aqui, podemos concluir que a Aldeia Maracanã possui enorme importância para a história e para as lutas indígenas no país, e esperamos que o futuro ainda reserve uma situação de paz e acordo para que, gerido com independência pelos indígenas e para os indígenas, aquele espaço possa sempre contribuir para o desenvolvimento desses povos, para a valorização da diversidade e para o enriquecimento da nossa democracia.

## Notas

- 1 Ver Ribeiro (apud COSTA, 2011, p. 18).
- 2 O Sr. Zé Guajajara, na entrevista concedida em 07/11/2015, fala em cerca de cinquenta indígenas de vinte etnias diferentes.
- 3 Disponível em: [https://www.bbc.com/portugues/e/noticias/2013/03/130322\\_aldeia\\_cq.shtml](https://www.bbc.com/portugues/e/noticias/2013/03/130322_aldeia_cq.shtml). Acesso em: 10 jan. 2019, às 21:30.
- 4 Trata-se dos seguintes processos: Processo n. 0101051-65.2012.4.02.5101 do TRF-2, Ação Civil Pública, Sétima Vara Federal do Rio de Janeiro, em tramitação desde setembro de 2012, ativado pelo CESAC – CENTRO DE ETNOCONHECIMENTO SÓCIO CULTURAL E AMBIENTAL CAUIRÉ tendo a CONAB e o Estado do Rio de Janeiro como réis e o Processo n. 0004624-69.2013.4.02.5101 do TRF-2, Imissão de Posse, Oitava Vara Federal do Rio de Janeiro, em tramitação desde fevereiro de 2013, ativado pelo Estado do Rio de Janeiro contra diversos ocupantes da Aldeia Maracanã.
- 5 Primeira parte do documentário disponível em: <https://vimeo.com/12488403>. Acesso em: 30 mar. 2016, às 18:00. A segunda parte está disponível em: <https://www.facebook.com/847731075236991/videos/938065802870184/>. Acesso em: 30 mar. 2016, às 18:35. O documentário é do ano de 2011. A direção é de Eduardo Pereira, e a co-direção de Carolina Potiguara.
- 6 Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2012/11/audiencia-publica-sobre-privatizacao-do-maracana-e-marcada-por-protestos.html>. Acesso em: 25 jan. 2019, às 14:45.
- 7 Foi nessa época, e durante esses eventos, que este autor entrou em contato direto com o movimento da Aldeia Maracanã.
- 8 Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/2013-03-22/indios-entram-em-confronto-com-policiais-na-aldeia-maracana.html>. Acesso em: 25 dez. 2018, às 15:20.
- 9 Conforme reportagem disponível em: [https://extra.globo.com/noticias/rio/aldeia-vertical-indios-tentam-se-adaptar-realidade-da-vida-em-condominio-no-](https://extra.globo.com/noticias/rio/aldeia-vertical-indios-tentam-se-adaptar-realidade-da-vida-em-condominio-no-minha-casa-minha-vida-13556705.html)
- [minha-casa-minha-vida-13556705.html](https://extra.globo.com/noticias/rio/minha-casa-minha-vida-13556705.html). Acesso em: 12 nov. 2018, às 13:55.
- 10 Detalhes do evento disponível em: <http://eavparquelage.rj.gov.br/dia-do-indio-no-parque-lage-2019/>. Acesso em: 23 mai. 2019, às 14:00.
- 11 Disponível em: <https://www.facebook.com/Associação-Indígena-Aldeia-Maracanã-AIAM-847731075236991/>. Acesso em: 24 mai. 2019, às 17:15.
- 12 Detalhes sobre o movimento disponíveis em: <https://frenteindependentepopular.wordpress.com/>. Acesso em: 02 mai. 2019, às 13:40.
- 13 Disponível em: <https://uniaocampocidadeefloresta.wordpress.com/2013/08/17/manifesto-do-movimento-universidade-aldeia-indigena-maraca-anana/>. Acesso em: 23 dez. 2015, às 16:40.
- 14 O Jubileo Sur Americas, segundo seu site, é “uma rede ampla e pluralista de movimentos sociais, organização populares, ecumênicas, de mulheres e direitos humanos, formações políticas e campanhas na América Latina e Caribe.” O movimento foi formado em 1999, associando-se à campanha “Jubileo 2000”, que buscava cancelar as dívidas externas dos países mais pobres. Mais informações disponíveis em: <http://jubileosuramericas.net/que-es-jubileo-sur-america/>. Acesso em: 15 nov. 2015, às 14:30.
- 15 Uma dessas reuniões, ocorrida em 6 de agosto de 2013, foi gravada em vídeo e pode ser assistida na íntegra. Ela está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e5BmWw0yfrs>. Acesso em: 13 abr. 2018, às 17:45.
- 16 Uma descrição bem detalhada desse feito do Sr. Zé Guajajara se encontra no artigo de Juliana Sayuri para o jornal O Estado de São Paulo, publicado no dia 22 de dezembro de 2013. Disponível em: [https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo\\_noticia/26414\\_2014\\_0107\\_150039.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/26414_2014_0107_150039.pdf). Acesso em: 15 fev. 2019, às 8:35.
- 17 Informações sobre os esquemas de corrupção envolvendo Cabral e as empreiteiras podem ser vistos na seguinte reportagem do site G1, publicada no dia da prisão do ex-governador, em 17 de fevereiro de 2016: <http://g1.globo.com/rio->

dejaneiro/noticia/2016/11/ex-governador-sergio-cabral-e-presos-pela-pf-na-zona-sul-do-rio.html. Acesso em: 16 fev. 2019, às 9:15.

18 Disponível em: <http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/path/ContributionFolders/sitefazenda/legislacao/tributaria/decretos/2016/DECRETON.º45692DE17DEJUNHODE2017.htm>. Acesso em: 12 jan. 2019, às 18:20.

19 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/04/1879927-indios-retomam-aldeiamaracana-estopim-de-protestos-de-2013-no-rio.Sht ml>. Acesso em: 10 fev. 2019, às 15:50.

20 Disponível em: [https://www.facebook.com/aldeiaresiste/?epa=SEARCH\\_BOX](https://www.facebook.com/aldeiaresiste/?epa=SEARCH_BOX). Acesso em: 19 mar. 2019, às 17:40.

21 Detalhes do evento disponíveis em: <https://www.facebook.com/events/2381970865375871/>. Acesso em: 20 mar. 2019, às 13:00.

22 Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/11/18/wilson-witzel-diz-que-vai-restaurar-o-museu-do-indio-no-maracana.ghtml?fbclid=IwAR2vx22ZCXnY71ClPf8X4LxsaXkswyehlnogX27DTtp6cmHlV5URzc3mDVg>. Acesso em: 16 jan. 2019, às 17:10.

## Referências bibliográficas

COSTA, Daniele Ferreira da. **Quando os índios vêm para a cidade**: magia e narrativa no Instituto Tamoio dos Povos Originários. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Sociologia e Política. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CRUZ, Olímpio. **Cauré Imana, o cacique rebelde**. Brasília: Thesaurus, 1982.

DOMINGUES, João Luiz Pereira. **A diversidade atrofiada**: políticas de regulação urbana e movimentos culturais insurgentes na cidade do Rio de Janeiro. 2013. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Programa de Pós-Graduação e Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

GOMES, Mércio Pereira. **Os Índios e o**

**Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

JESUS, Carolina Camargo de. **O canto do Tamoio**. 2009. Monografia (Graduação em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

MARTINS, Gonçalves Dalila. **Cocar e universidade: um paradigma híbrido**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.

SÁ, Luiza Vieira. **Rondon: o agente público e político**. São Paulo: EdUSP, 2009.

SANTOS, Vinicius Pereira dos. **A Resistência da Aldeia Maracanã: um ponto de oxidação pela “revolução ferrugem”**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Instituto Multidisciplinar/Instituto Três Rios, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. **Sobre ciclos de protesto e democracia no Brasil**. Revista Política e Sociedade, UFSC, v. 13, n. 28, Florianópolis-SC, Set./Dez. de 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n28p35>. Acesso em: 13 fev. 2016, às 15:00.

WERNECK, Marcela. **Patrimônio digital e ciberativismo: a defesa da Aldeia Maracanã no Facebook**. 2015. Dissertação, (Mestrado em Memória Social), Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

## Fontes primárias

Entrevista com Carol Potiguara, realizada no dia 26/03/2016, gravada em áudio.

Entrevista com o Sr. José Urutau Guajajara, realizada no dia 07/11/2015, gravada em áudio.

Recebido em: 29/05/2019

Aprovado em: 12/06/2019